



SUMÁRIO

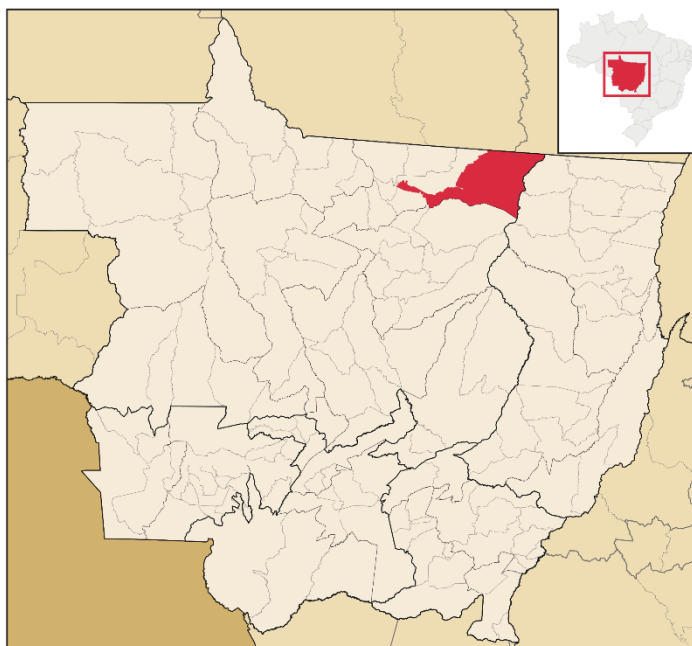
1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO	3
2. ANÁLISE DO DESEMPENHO DA GESTÃO - PERÍODO 2014 A 2017	7
2.1. DESEMPENHO FISCAL	7
2.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	7
2.1.1.1. RECEITAS CORRENTES:.....	8
2.1.1.2. RECEITA PRÓPRIA:	10
2.1.1.3. DÍVIDA ATIVA	12
2.1.2. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:	14
2.1.2.1. DESPESAS CORRENTES:	17
2.1.2.1.1. INVESTIMENTOS	18
3. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:.....	19
4. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL):.....	22
5. DÍVIDA PÚBLICA:	23
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:.....	25
6.1. EDUCAÇÃO	25
6.1.1. APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (ART. 212, DA C.F.)	25
6.1.2. CONTRIBUIÇÃO E RECEITAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	27
6.1.3. RECURSOS DO FUNDEB GASTOS COM REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:	28
6.2. SAÚDE:	29
6.3. GASTO COM PESSOAL:	32
6.4. REPASSE AO PODER LEGISLATIVO:	34
7. RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:.....	35
7.1. RESULTADOS NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE:	35
8. INDICADORES.....	38
8.1. INDICADOR DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO – IGFM-MT/TCE	38
9. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA:.....	42
10. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	43



PROCESSO : **4.601-9/2017/2017**
INTERESSADO : **Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo**
ASSUNTO : **Contas Anuais – Exercício de 2017**
RELATOR : **Conselheiro Interino Moises Maciel**

Relatório – Governo

1. Trata o processo das Contas Anuais de Governo da Prefeitura de **Peixoto de Azevedo**, referentes ao exercício de **2017**, gestão do senhor **Maurício Ferreira de Souza**, submetido à análise deste Tribunal de Contas em razão da competência disposta nos § § 1º e 2º, e *caput*, do art. 31 da Constituição da República, combinado com o inc. I do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas.
2. Localização geográfica do Município de **Peixoto de Azevedo**





3. São características do Município:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO		
Data de Criação	13/05/1986	
Área geográfica	14257	km ²
Distância da Capital	698	km
População – IBGE	33.630	Habitantes
PARECER PRÉVIO PELO TCE - MT (2014 a 2016)		
Exercício	Responsável	Parecer
2014	Sinvaldo Santos Brito	Parecer Prévio Favorável a Aprovação
2015	Sinvaldo Santos Brito	Parecer Prévio Favorável a Aprovação
2016	Sinvaldo Santos Brito	Parecer Prévio Contrário a Aprovação

[Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

4. As referidas contas foram apresentadas com os demonstrativos contábeis e encaminhadas pelo citado gestor e pela contadora, senhora **Vanilza Ribeiro Chagas**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MT) sob o número 003135/O-8.
5. Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município ficou sob a responsabilidade do senhor **Edivaldo Ribeiro Gomes**.

1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

6. O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) - e as enviou a este Tribunal para subsidiar a análise das contas anuais, conforme a seguir:



PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PPA	8.793-9/2015	871/2013	23/12/2013	-
LDO	4.612-4/2017	932/2016	15/07/2016	-
LOA	4.713-9/2017	937/2016	18/10/2016	3,00%

[Fontes: Control P e Sistema Aplic.](#)

7. A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 61.676.795,15 (sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e quinze centavos)**, com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **3%** do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

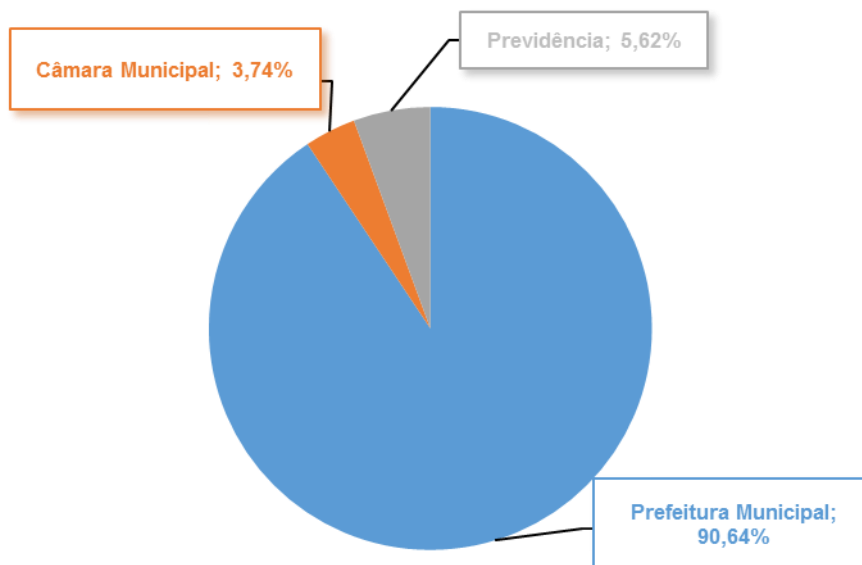
DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE		
	VALOR (R\$)	% Despesa
Administração Direta	68.564.955,10	94,38%
Prefeitura Municipal	65.845.955,10	90,64%
Câmara Municipal	2.719.000,00	3,74%
Administração Indireta	4.079.015,19	5,62%
Previdência	4.079.015,19	5,62%
Total Geral Fixado	72.643.970,29	100,00%

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE		
Descrição	Valor (R\$)	% Despesa
Administração Direta	68.564.955,10	94,38%
Prefeitura Municipal	65.845.955,10	90,64%
Câmara Municipal	2.719.000,00	3,74%
Administração Indireta	4.079.015,19	5,62%
Previdência	4.079.015,19	5,62%
Total Geral Fixado	72.643.970,29	100,00%

[Fontes: LOA e Site TCE MT \(Contas Anuais\)](#)



DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA



8. Durante o exercício ocorreram alterações orçamentárias, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, que modificaram o valor do orçamento inicial, conforme exposto na tabela a seguir:

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO		
TÍTULO		R\$
A) Orçamento Inicial - Consolidado		61.676.795,15
Administração Indireta		4.079.015,19
Administração Direta		57.597.779,96
B) Alterações (Adm. Direta)		15.275.330,39
Créditos Adicionais	Redutor	-30.249.600,14
	Suplementar e Especiais	45.524.930,53
C) Anulação de Dotações (Adm. Direta)		-30.249.600,14
Orçamento Final – Adm. Direta D = (A+B-C)		72.873.110,35
Orçamento Final - Consolidado		76.952.125,54

Fontes: LOA e Site TCE MT (Contas Anuais)



9. A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2014 a 2017, indica que a Administração Municipal vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DA ESTIMATIVA DE RECEITA				
	2014	2015	2016	2017
Receita Estimada - R\$	55.170.236,65	56.195.788,67	63.231.182,71	64.236.160,00
Varição %	-	1,85%	12,51%	1,58%

[Fonte: Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)



[Fonte: Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)



2. ANÁLISE DO DESEMPENHO DA GESTÃO - PERÍODO 2014 A 2017

2.1. Desempenho Fiscal

2.1.1. Receitas Orçamentárias

10. *São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É por meio dessa receita que o gestor viabiliza a execução das políticas públicas.*
11. As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 71.668.137,20** (setenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e vinte centavos).
12. A série histórica das receitas orçamentárias do Município, no período de 2014 a 2017, revela variação na arrecadação, conforme demonstrado na tabela a seguir:

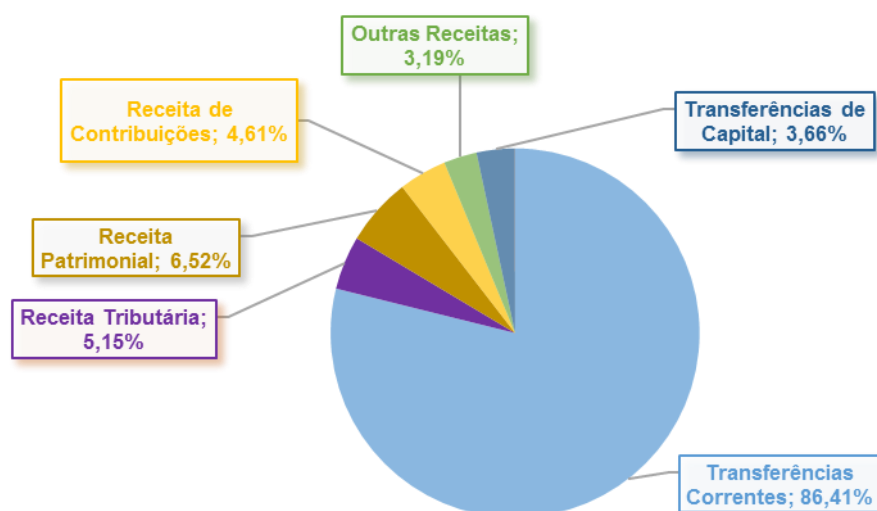
Origens das Receitas	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	52.155.749,60	60.496.164,41	71.504.330,92	69.038.738,09
Receita Tributária	3.536.665,69	2.824.922,17	3.126.981,57	3.690.973,40
Receita de Contribuições	2.174.950,33	2.093.942,84	3.466.597,66	3.302.967,82
Receita Patrimonial	2.371.155,30	2.956.672,89	4.026.349,43	4.670.840,22
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	400,00	100,00	149.386,86	10.245,45
Transferências Correntes	48.332.617,19	57.100.875,92	65.998.813,01	61.930.976,81
Outras Receitas	598.745,23	785.129,58	837.625,60	2.282.783,47
Deduções	-4.858.784,14	-5.265.478,99	-6.101.423,21	-6.850.049,08
Receitas de Capital	4.001.537,36	966.686,94	5.827.045,58	2.629.399,11
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	60.007,29	115.302,27	5.992,29



Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.001.537,36	906.679,65	5.711.743,31	2.623.406,82
Amortização de Empréstimos + Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas (excluído as intraorçamentárias)	56.157.286,96	61.462.851,35	77.331.376,50	71.668.137,20
% Variação	-	9,45%	25,82%	-7,32%

Fontes: Site TCE MT (Contas Anuais) e Sistema Aplic – Atualizado em 23/07/2018

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA 2017



13. O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, 86,41%, está concentrada nas Transferências Correntes.

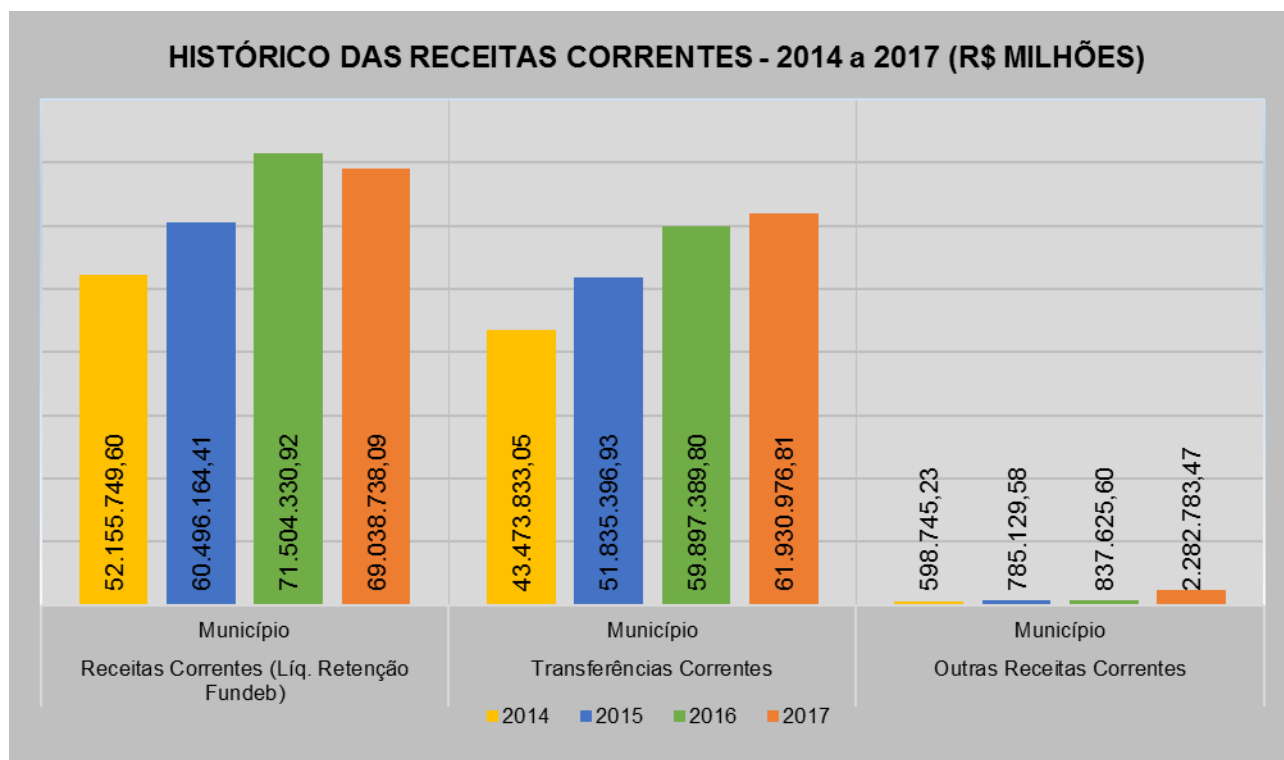
2.1.1.1. Receitas Correntes:

14. As Receitas Correntes são as provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de



Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e, por fim, das demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

15. Um dos itens analisados com ênfase neste trabalho foi a gestão das Receitas Correntes. Sua importância decorre do fato de envolver a política tributária do Município, pois no perfil da Receita Corrente está implícita a ação governamental na instituição, cobrança e arrecadação dos tributos.
16. O gráfico a seguir demonstra o histórico da arrecadação das receitas correntes, com aumento de 32,37% no período 2014 a 2017.



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018



2.1.1.2. Receita Própria:

17. *Compreende o somatório das receitas de impostos de competência própria municipal, das taxas e contribuições, e da receita da dívida ativa.*
18. A Receita Própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), atingiu o percentual de **8,06%**, conforme se observa a seguir:

RECEITA PRÓPRIA TRIBUTÁRIA - RPT	VALOR (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
Receita Tributária	3.687.754,65	5,15%
Imposto	2.850.003,74	3,98%
IPTU	419.282,19	0,59%
IRRF	523.735,69	0,73%
ITBI	124.192,69	0,17%
ISSQN	1.782.793,17	2,49%
Simples Nacional	0,00	0,00%
Taxas	837.750,91	1,17%
Contribuição De Melhoria	0,00	0,00%
Receita de Contribuições	920.969,63	1,29%
COSIP (Contribuição para custeio do serviço de Iluminação pública)	920.969,63	1,29%
Outras Receitas Correntes	1.167.543,63	1,63%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	-25.008,37	-0,03%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	1.028.327,52	1,43%
Receita da Dívida Ativa Tributária	164.224,48	0,23%
Total	5.776.267,91	8,06%

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 23/07/2018



19. As Receitas Tributárias Própria tiveram um acréscimo de 13,46% no período de 2014 a 2017, conforme pode ser observado na Tabela abaixo. Embora tenha ocorrido este acréscimo, a série histórica apresentada na Tabela a seguir demonstra que o nível de dependência em relação às transferências correntes cresceu, passando de 86,07% em 2014 para 86,41% em 2017.

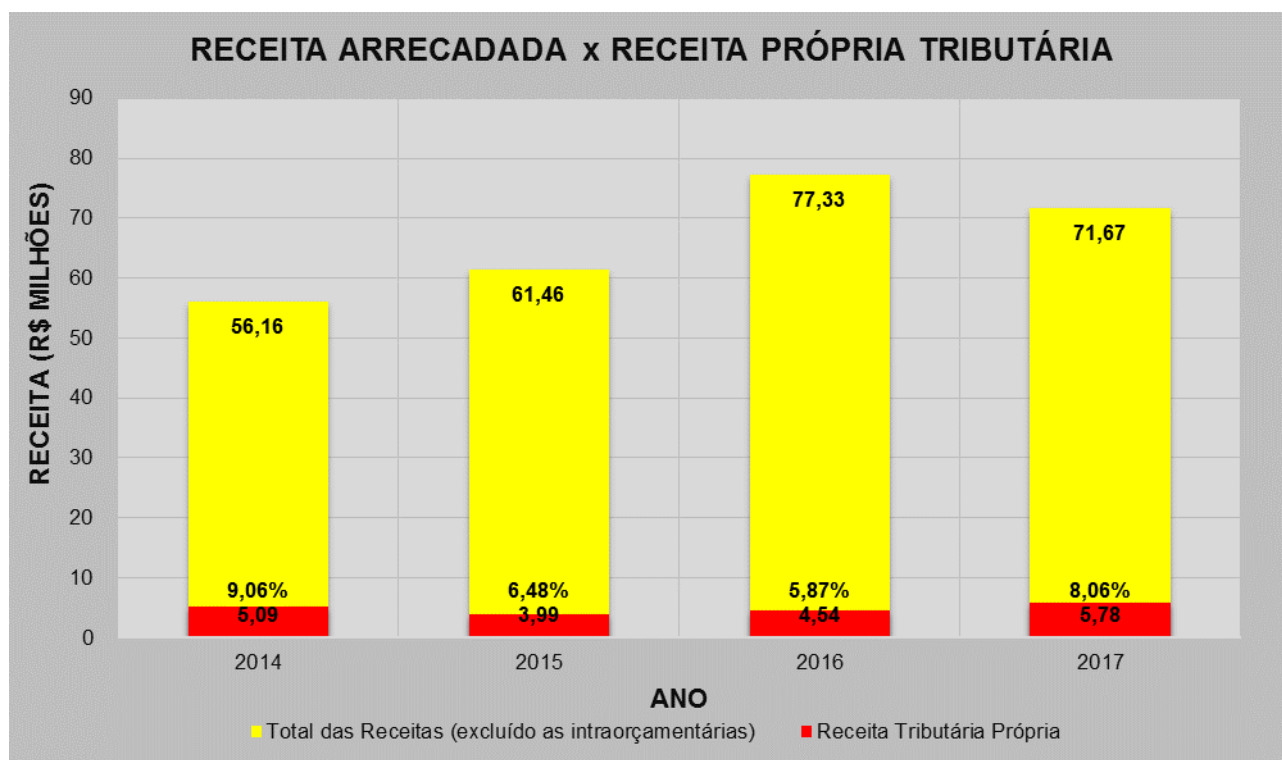
RECEITAS TRIBUTÁRIAS PRÓPRIA				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Receita Tributária Própria	5.090.925,58	3.986.292,55	4.544.470,36	5.776.267,91
(RTP / RL) (%)	9,06%	6,48%	5,87%	8,06%
% Variação (2014/2017)	13,46%			

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

HISTÓRICO DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Transferências Correntes (TC)	48.332.617,19	57.100.875,92	65.998.813,01	61.930.976,81
(TC / RL) (%)	86,07%	92,90%	85,35%	86,41%
% Variação (2014/2017)	28,13%			

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

20. O gráfico a seguir demonstra a relação entre as receitas próprias tributárias e as receitas arrecadadas no período de 2014 a 2017. O Município de Peixoto de Azevedo apresentou decréscimo na dependência em relação às transferências, com exceção do ano de 2017, como é possível observar no gráfico abaixo, para o período.



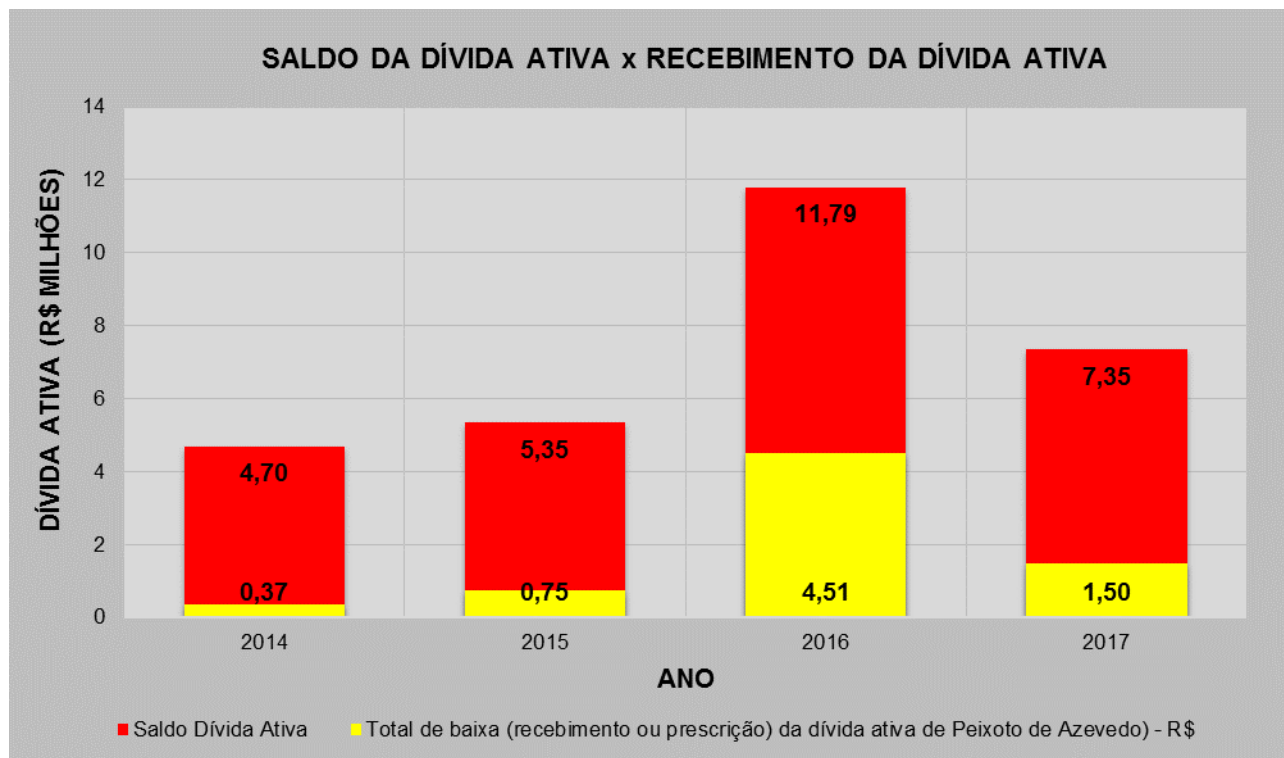
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

2.1.1.3. Dívida Ativa

21. *Créditos com que conta o setor público derivados do não pagamento pelos contribuintes de tributos e/ou de créditos públicos assemelhados (multas, juros e encargos) no decorrer do exercício em que foram lançados.*
22. O indicador de recebimento da Dívida Ativa demonstra o esforço realizado pelo Poder Público para resgatar direitos em posse de contribuintes que não cumpriram suas obrigações fiscais. Mede, portanto, o montante recebido em relação ao estoque de débitos, fornecendo claras evidências sobre o desempenho da área de cobrança fiscal.



23. No período 2014/2017, o Município de Peixoto de Azevedo apresentou desempenho mediano na administração e execução fiscal da Dívida Ativa, onde oscilou de 7,81% a 10,14% o percentual de recebimento da Dívida Ativa.



[Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)

24. A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período 2014/2017, indica crescimento, conforme se pode observar:



HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA				
ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017
Saldo Dívida Ativa	4.701.221,15	5.348.577,92	11.787.152,72	7.347.972,01
Variação %	-	13,77%	120,38%	-37,66%
Total de baixa (recebimento ou prescrição) da dívida ativa de Peixoto de Azevedo) - R\$	367.327,76	747.567,50	4.513.058,60	1.498.182,78
Total de baixa (recebimento ou prescrição) da dívida ativa de Peixoto de Azevedo) - %	7,81%	13,98%	38,29%	20,39%

Fontes: Site TCE MT (Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 14 consolidado e informes da dívida ativa) – Atualizado em 23/07/2018

2.1.2. Despesas Orçamentárias:

25. *Despesa Orçamentária: é o conjunto de despesas realizadas pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade*
26. As despesas realizadas pelo Município, excluídas as intraorçamentárias, no exercício de 2017, totalizaram **R\$ 67.464.108,73** (sessenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e oito reais e setenta e três centavos), com a seguinte distribuição por função:

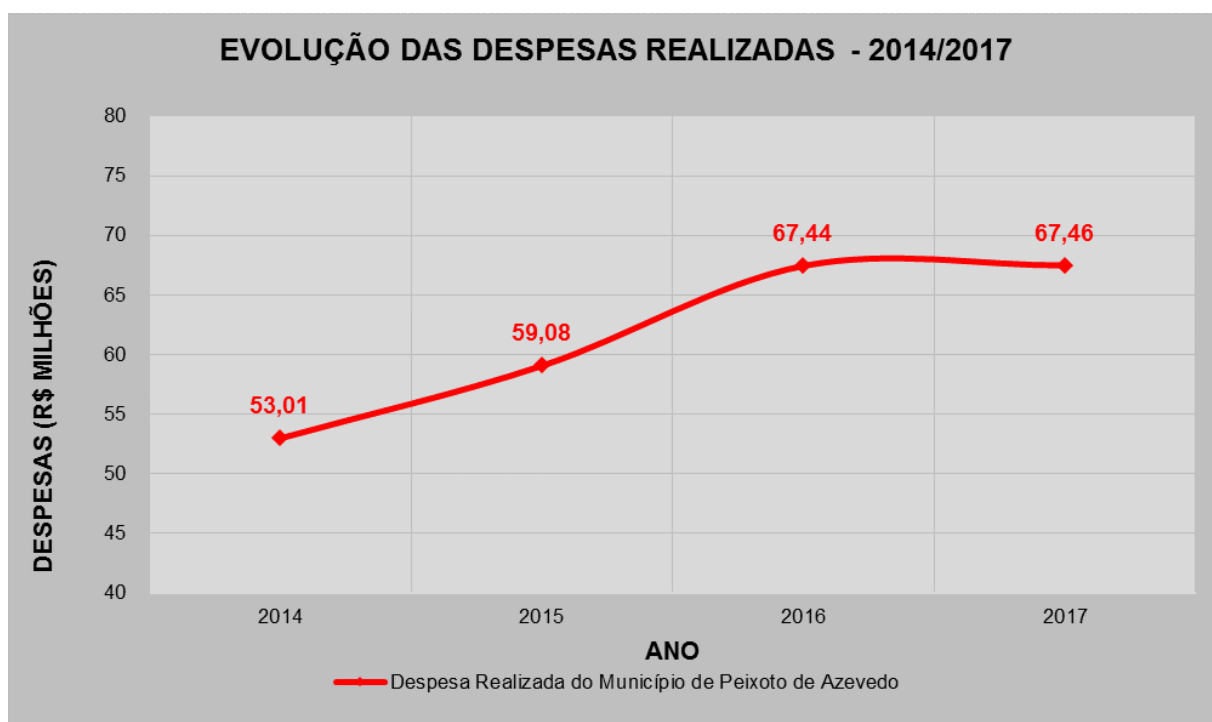
FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$) - (A)	DESPESA REALIZADA (R\$) - (B)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)	% (B/A)
01 - Legislativa	2.719.000,00	2.595.922,52	3,85%	95,47%
04 - Administração	14.087.612,49	13.288.627,60	19,70%	94,33%
08 - Assistência Social	3.068.243,87	2.955.466,36	4,38%	96,32%
09 - Previdência Social	4.079.015,19	3.743.249,82	5,55%	91,77%
10 - Saúde	22.259.567,60	20.557.761,46	30,47%	92,35%
12 - Educação	23.085.496,87	21.793.442,15	32,30%	94,40%
13 - Cultura	199.974,41	190.871,98	0,28%	95,45%
15 - Urbanismo	789.316,00	484.764,89	0,72%	61,42%
17 - Saneamento	579.987,60	529.986,36	0,79%	91,38%



18 - Gestão Ambiental	10.899,84	10.892,22	0,02%	99,93%
20 - Agricultura	173.209,27	69.574,27	0,10%	40,17%
21 - Organização Agrária	3,00	0,00	0,00%	0,00%
22 - Indústria	5,00	0,00	0,00%	0,00%
25 - Energia	964.562,25	964.469,38	1,43%	99,99%
26 - Transporte	3.720.836,19	3.185.532,66	4,72%	85,61%
27 - Desporto e Lazer	142.814,48	95.042,38	0,14%	66,55%
28 - Encargos especiais	1.071.579,48	1.071.579,46	1,59%	100,00%
Despesa intraorçamentária	4.308.153,25	4.073.074,78	6,04%	94,54%
Total da Despesa (incluída as intraorçamentárias)	76.952.123,54	71.537.183,51	106,04%	92,96%
Total da Despesa (excluído as intraorçamentárias)	72.643.970,29	67.464.108,73	100,00%	92,87%

Fontes: LOA Sistema Aplic. (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)

27. A série histórica da Despesa Realizada pelo Município de Peixoto de Azevedo, no período 2014/2017, indica crescimento, conforme se pode observar:



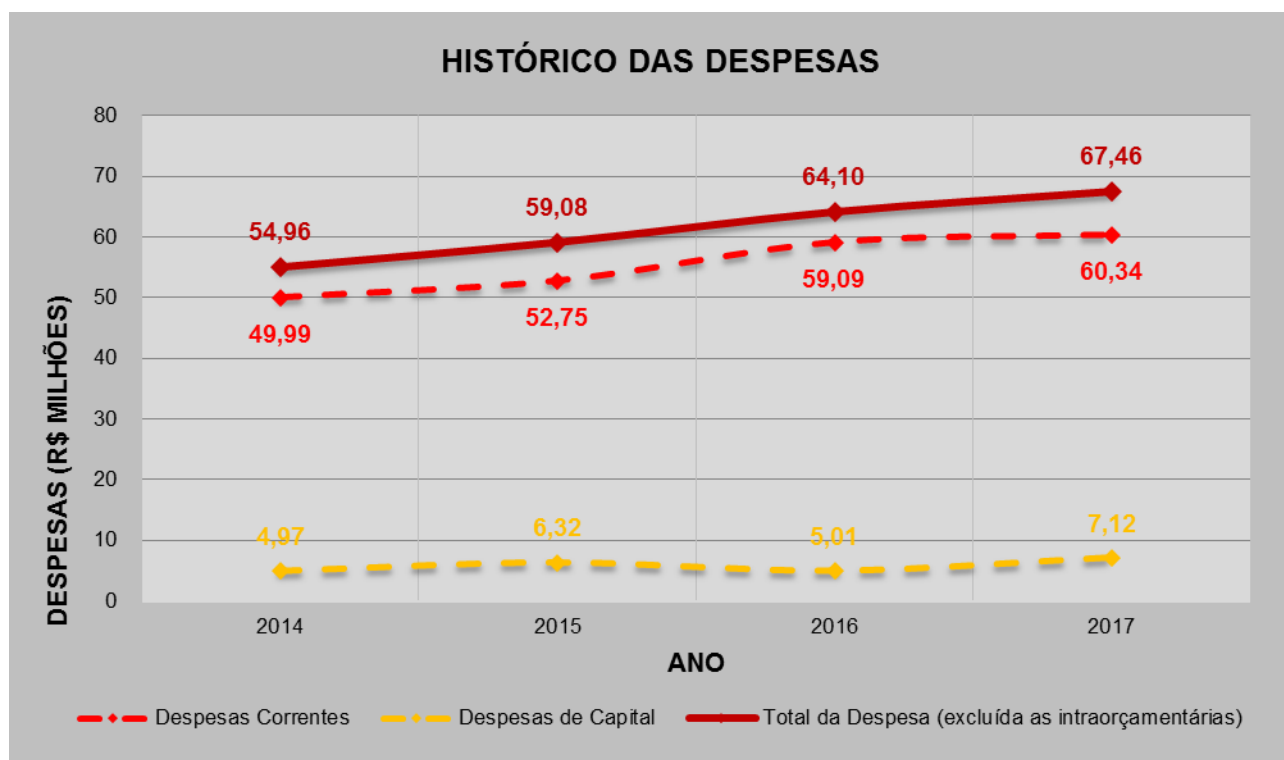
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018



28. A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2014 a 2017, revela aumento, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Grupos de Despesas	2014	2015	2016	2017
Despesas Correntes	49.992.367,21	52.753.379,94	59.091.174,73	60.341.394,49
Pessoal e Encargos Sociais	29.450.336,48	29.548.356,97	33.854.446,48	37.929.644,78
Juros e Encargos da Dívida	63.837,87	355.304,38	283.211,60	297.831,49
Outras Despesas Correntes	20.478.192,86	22.849.718,59	24.953.516,65	22.113.918,22
Despesas de Capital	4.965.331,22	6.322.838,69	5.008.959,44	7.122.714,24
Investimentos	4.884.559,47	5.964.758,15	4.835.260,57	6.946.192,66
Inversão Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida + Inversões Financeiras	80.771,75	358.080,54	173.698,87	176.521,58
Despesa Intraorçamentária	0,00	2.389.218,58	3.339.106,29	4.073.074,78
Total da Despesa (excluída as intraorçamentárias)	54.957.698,43	59.076.218,63	64.100.134,17	67.464.108,73
Total da Despesa (incluída as intraorçamentárias)	54.957.698,43	61.465.437,21	67.439.240,46	71.537.183,51
Variação - %	-	11,84%	9,71%	6,07%
% de variação médio da Despesa	9,21%			

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 15 consolidado) – Atualizado em 23/07/2018



[Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)

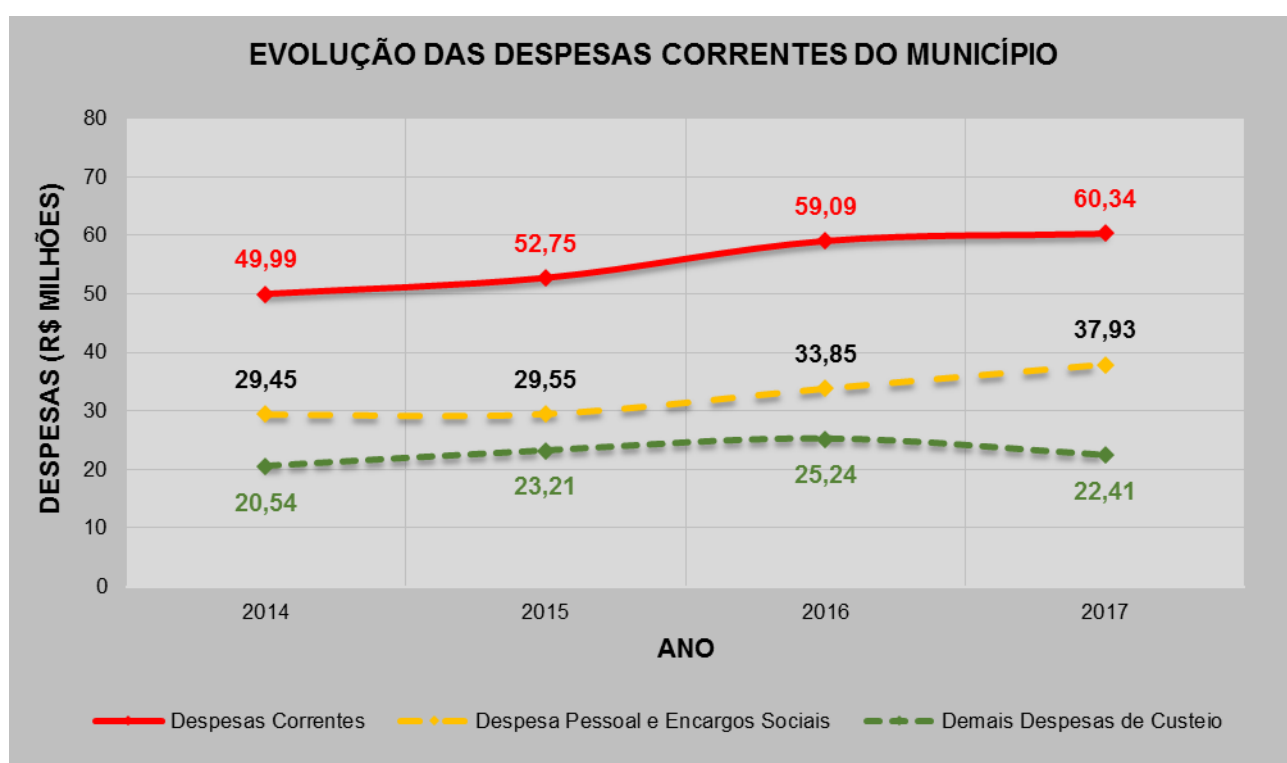
2.1.2.1. Despesas Correntes:

29. *As Despesas Correntes relacionam-se aos gastos de custeio das entidades do setor público com a manutenção de suas atividades, tais como vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias primas e bens de consumo, e transferências a entes públicos.*
30. As Despesas de Pessoal, Encargos Sociais e demais despesas de custeio compõem os principais itens de despesa objeto desta análise. Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais os valores estão considerados na sua totalidade, e não com as deduções estabelecidas no § 1º, do art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como as indenizações de inativos, de servidores ou empregados, de incentivo a demissões voluntárias e outras, permitindo com isso uma visão mais ampla da gestão nessa área. A evolução registrada no período de 2014 a 2017 pode ser assim demonstrada:



- Despesas Correntes, crescimento de 28,79%.
- Despesas de Pessoal e Encargos, crescimento de 28,79%.
- Demais Despesas de Custeio, crescimento de 9,10%.

31. Que graficamente fica assim representado:



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

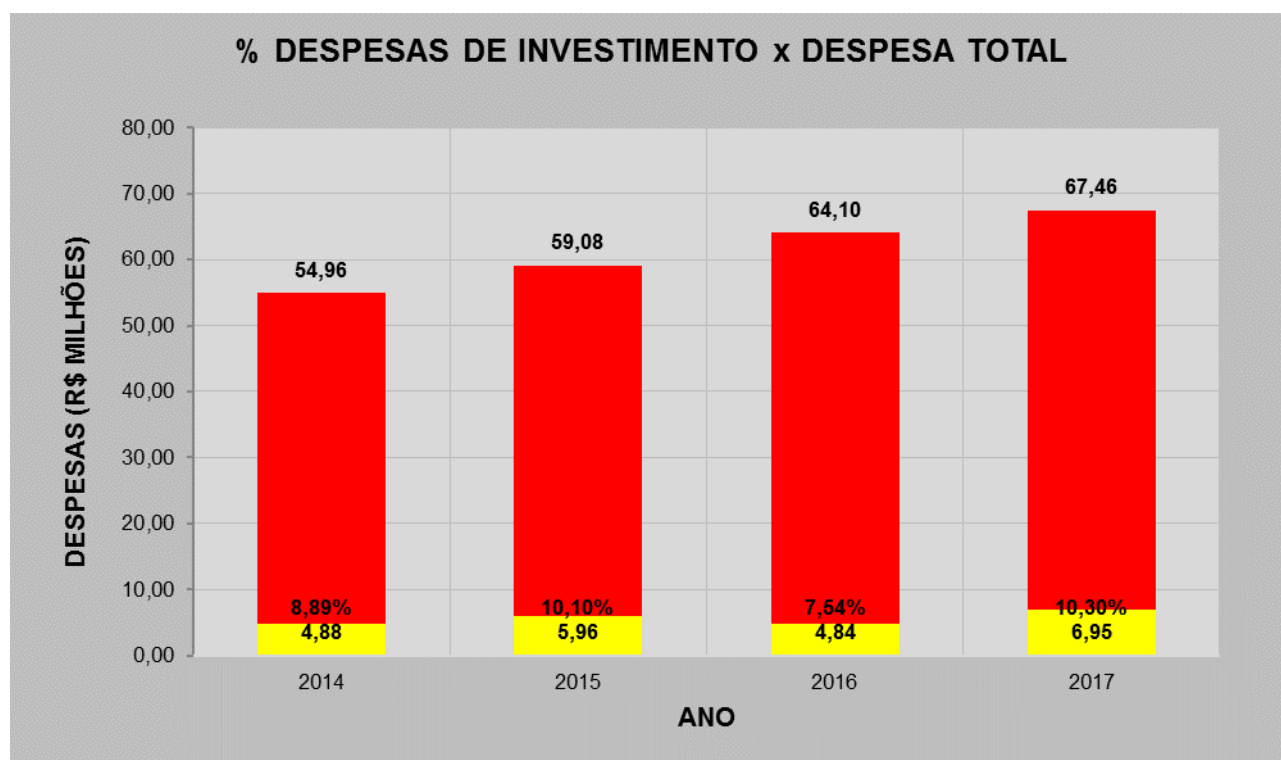
2.1.2.1.1. Investimentos

32. *Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.*
33. A série histórica da despesa com investimento no período 2014/2017, revela oscilação no percentual investido, conforme se observa a seguir:



DESPESA DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Investimento – R\$	4.884.559,47	5.964.758,15	4.835.260,57	6.946.192,66
Despesa Total – R\$	54.957.698,43	59.076.218,63	64.100.134,17	67.464.108,73
% de Investimento/Despesa	8,89%	10,10%	7,54%	10,30%
Despesa com investimento Per Capita - R\$	150,46	181,75	145,22	206,55
% variação Investimento Per Capita	-	20,80%	-20,10%	42,23%

Fontes: Site TCE MT (Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 15 consolidado) - Atualizado em 23/07/2018



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

3. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

34. Comparando a receita estimada com a efetivamente arrecadada, verifica-se **excesso** de **8,23%** na arrecadação. A despesa autorizada comparada à despesa



realizada apresenta **economia** orçamentária de **10,43%**, conforme demonstra a tabela a seguir:

COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO - R\$ - (excluídas as intraorçamentárias)			
Receita Estimada	59.914.874,96	Despesa Autorizada	86.291.140,29
Receita Arrecadada	64.846.986,67	Despesa Realizada	67.464.108,73
Excesso na Arrecadação	4.932.111,71	Economia Orçamentária	18.827.031,56
% da prevista	8,23%	% da autorizada	21,82%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

35. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas do Município de Peixoto de Azevedo, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se superávit no resultado orçamentário equivalente a 9,85% da receita, considerando os Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado na seguinte tabela:

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
(A) Receita Orçamentária Bruta Arrecadada Consolidada - Exceto Intra	78.518.186,28
(B) Deduções	6.850.049,08
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA ARRECADADA CONSOLIDADA (C=A-B)	71.668.137,20
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior	6.800.655,68
(E) Receita Própria Orçamentária do RPPS Superavitário, exceto intra (item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	5.502.885,69
(F) Demais acréscimos promovidos pela equipe técnica	0,00
(G) RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA ARRECADADA AJUSTADA - (G=C+D-E+F)	72.965.907,19
(H) Despesas Orçamentárias Empenhada Consolidada - Exceto Intra	67.464.108,73
(I) Despesa Própria Orçamentária do RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	3.743.249,82
(J) Despesa efetivamente realizada, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas que não foi empenhada no exercício (item 5 da RN TCE 43/2013)	0,00
(K) Empenhos liquidados que foram cancelados em detrimento da inexistência de justificativa plausível – (art. 63 da Lei 4.320/64)	0,00
(L) Créditos adicionais financiados mediante superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior inexistentes ou que são incompatíveis com	2.054.364,60



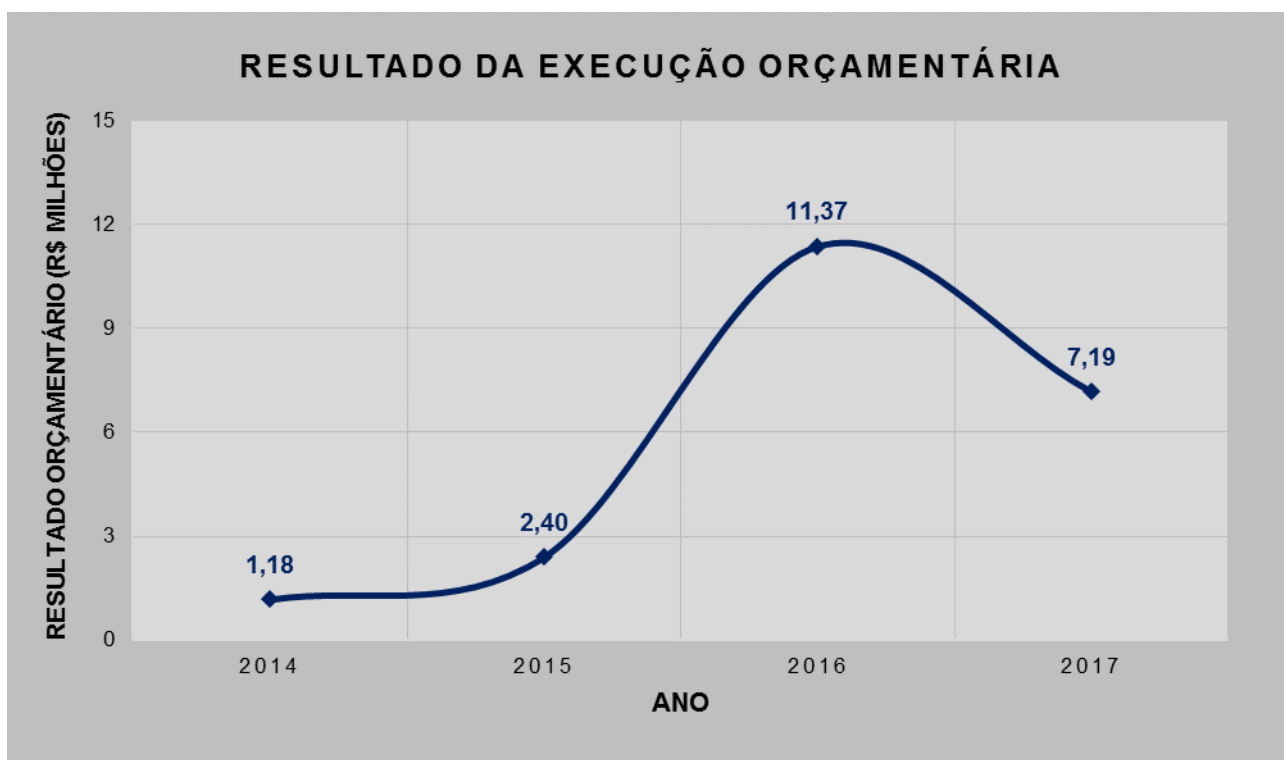
a fonte de recurso que financiou a transação (Item 7 da RN TCEMT 43/2013 c/c § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do art. da 8º da LRF	
(M) Demais reduções promovidas pela equipe técnica	0,00
(N) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA AJUSTADA - (N=H-I+J+K+L+M)	65.775.223,51
(O) RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AJUSTADO (O=G-N) - SUPERÁVIT	7.190.683,68
(%) Relação do Superávit em relação ao Total da Receita Orçamentária Arrecadada Consolidada - (% = O/G * 100%)	9,85%

[Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais –Atualizado em 23/07/2018](#)

36. Ao analisar o histórico da execução orçamentária do Município, no período de 2014 a 2017, não considerando os atenuantes da RN 43/2013, verifica-se superávit no resultado orçamentário, com exceção dos exercícios de 2016 e de 2017, conforme a seguir:

HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - R\$				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Receita Orçamentária Líquida Arrecadada Ajustada	56.138.711,40	63.870.405,88	71.896.896,69	72.965.907,19
Despesa Orçamentária Empenhada Ajustada	54.957.698,43	61.465.437,21	60.523.331,87	65.775.223,51
Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Superávit	1.181.012,97	2.404.968,67	11.373.564,82	7.190.683,68
Quociente do Resultado da Execução Orçamentária (QREO)	1,021	1,039	1,188	1,109

[Fonte: Site TCE\(Contas Anuais\) e Sistema Aplic \(anexo 13 consolidado\) – Atualizado em 23/07/2018](#)



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

4. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL):

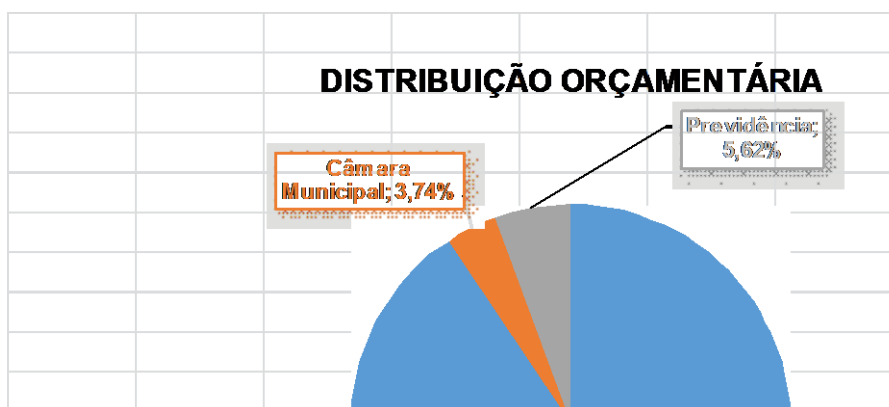
37. *Determina a relação, no curto prazo, entre o montante de recursos disponíveis e o quanto a administração deve pagar. Por curto prazo, entende-se o período menor que um ano calendário.*
38. Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no período de 2017, constata-se que o Município apresentou **suficiência** financeira para saldar os compromissos de curto prazo, correspondente a **216,73%** sobre o total das obrigações, ou seja, dispõe de **R\$ 2,17** para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta, a gestão municipal apresentou **disponibilidade** financeira de **216,73%**, em relação às obrigações, conforme demonstra a tabela a seguir:



ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA + RPPS	PREFEITURA
Ativo Financeiro -R\$	16.294.213,12	0,00	16.294.213,12
Passivo Financeiro - R\$	7.518.276,48	0,00	7.518.276,48
Resultado Financeiro (Superávit / Déficit)	8.775.936,64	0,00	8.775.936,64
Quociente da Situação Financeira	2,17	0,00	2,17
Passivo Financeiro (Excluídos os R. P. Não Processados) - R\$	6.111.981,31	-1.406.295,17	7.518.276,48
Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados	10.182.231,81	1.406.295,17	8.775.936,64
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações (excluídos os R.P. não Processados)	266,59%	49,87%	216,73%
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	216,73%	0,00%	216,73%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

39. A série histórica do quociente da situação financeira, no período 2014/2017, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade financeira suficiente, com exceção do ano de 2014, para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos, quando incluídos os restos a pagar não processados, conforme se pode observar:



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

5. DÍVIDA PÚBLICA:

40. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)¹ define a dívida pública como sendo os *Compromissos de entidade pública decorrentes de*

¹STN: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp



*operações de créditos, com o objetivo de atender as necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em **consolidada ou fundada** (interna ou externa) e **flutuante ou não consolidada**.*

41. A Dívida Pública do Município, em 31/12/2017, totalizava **R\$ 37.670.230,15** (trinta e sete milhões, seiscentos e setenta mil, duzentos e trinta reais e quinze centavos), constituindo-se de dívidas flutuante e fundada:

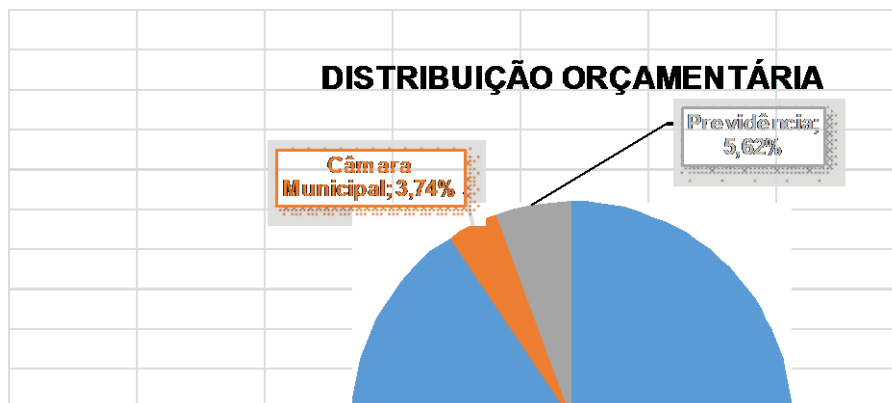
Títulos	Saldo Exercício 2016 - R\$	Movimentação no Exercício - R\$		Saldo em Dez/17 - R\$
		Inscrição	Pagamento/ Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	385.603,75	11.273.212,60	7.693.236,80	3.965.579,55
Restos a Pagar – Processado	88.191,01	1.974.200,83	81.333,74	1.981.058,10
Restos a Pagar – Não Processado	284.744,90	1.252.360,17	130.809,90	1.406.295,17
Depósitos e consignações	12.667,84	8.046.651,60	7.481.093,16	578.226,28
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	33.066.163,12	992.881,43	354.393,95	33.704.650,60
DVI por Contratos	994.618,64	992.881,43	354.393,95	1.633.106,12
DVI não Vinculada	32.071.544,48	0,00	0,00	32.071.544,48
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	33.451.766,87	12.266.094,03	8.047.630,75	37.670.230,15

[Fontes: Sistema Aplic \(prestação de contas\). restos a pagar e dívida ativa – Atualizado em 23/07/2018](#)

42. A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2014 a 2017, demonstra aumento, conforme se observa a seguir:

HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA PÚBLICA				
ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017
Saldo da Dívida Pública	38.861.375,05	38.853.411,87	37.653.432,51	41.222.927,08
Variação %	-	-0,02%	-3,09%	9,48%

[Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:

6.1. Educação

6.1.1. Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)

43. A Administração Municipal aplicou, durante o exercício de 2017, o montante de **R\$ 11.506.321,52** (onze milhões, quinhentos e seis mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos) na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondendo a **32,52%** do total da receita proveniente de impostos municipais e transferências, estadual e federal.
44. A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação teve a seguinte formação:

RECEITAS COM PERCENTUAL VINCULADO À EDUCAÇÃO - R\$	
	Relator
Receita Tributária	2.326.268,05
IPTU	419.282,19
ITBI	124.192,69
ISSQN	1.782.793,17



Transferências Correntes	32.037.551,62
Cota-Parte do ICMS	11.921.144,77
Cota-Parte do IPI/EXT	82.539,30
Cota-Parte do IPVA	1.725.846,48
Cota-Parte do FPM	17.641.726,76
Cota-Parte do ITR	616.638,19
Lei Complementar 87/96	49.656,12
Outras Receitas	1.018.967,99
Receita da Dívida Ativa dos Impostos	892.266,89
Juros e multas provenientes de Impostos	21.140,40
Juros e multas referentes à Dívida Ativa Tributária	105.560,70
Base de Cálculo	35.382.787,66
Valor Mínimo (25%) (Art. 212 , CF)	8.845.696,92
TOTAL APLICADO EM 2017 (R\$)	11.506.321,52
TOTAL APLICADO EM 2017 (%)	32,52%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

Despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino	
Despesas	Relator
(+) Total despesa liquidada no Ensino - Função 12 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	20.668.049,05
(+) Valor retido referente ao FUNDEB	6.098.775,21
(-) Despesas liquidadas do FUNDEB até o limite da transferência de recursos recebida. Função 12. Fontes de recursos 18 e 19.	-13.345.457,38
(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao Ensino até o limite dos recursos recebidos Função 12. Fontes de recursos 15, 22, 25. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	-1.718.978,90
(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Não excluídas nos itens anteriores)	-196.066,46
Valor Aplicado na manutenção do ensino	11.506.321,52
Percentual Aplicado	32,52%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

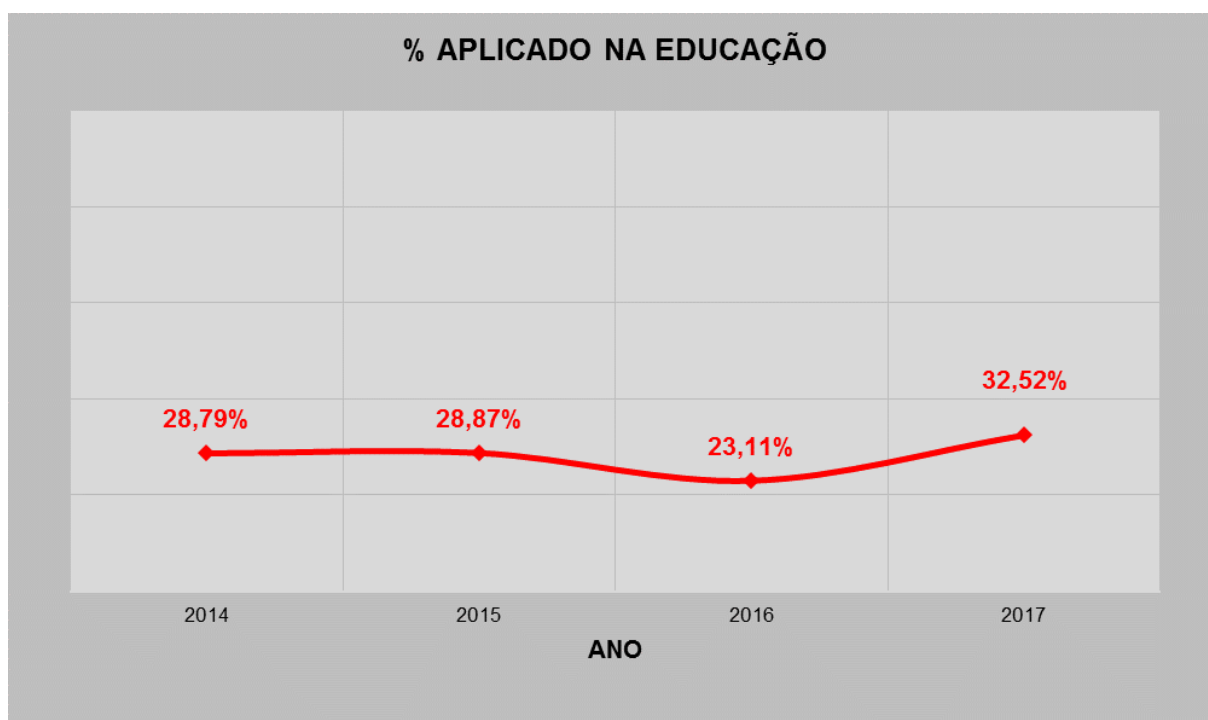
45. A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2014 a 2017, indica que a Administração Municipal de



Peixoto de Azevedo vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF)				
Ano	2014	2015	2016	2017
Valor Mínimo Fixado	25,00%			
Aplicado	28,79%	28,87%	23,11%	32,52%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

6.1.2. Contribuição e Receitas na Educação Básica

46. A contribuição para formação do FUNDEB alcançou o montante de **R\$ 6.098.775,21** (seis milhões, noventa e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos). A receita proveniente desse Fundo totalizou **R\$ 14.172.559,86** (quatorze milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), nos termos da Lei 11.494/2007.



DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	14.172.559,86
Retenção - FUNDEB	6.098.775,21
Diferença	8.073.784,65

Fontes: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

6.1.3. Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:

47. Dos recursos recebidos por conta do FUNDEB, **60,11%** foram utilizados na remuneração dos profissionais do Magistério, sendo que foram utilizados 100% dos recursos provenientes do FUNDEB, e o valor de R\$ 197.728,42 (cento e noventa e sete mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos) proveniente de outros recursos próprios.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas do FUNDEB	14.172.559,86
Valor total - salário de professores	8.519.390,16
Aplicação Mínima de 60% (Art. 22 - Lei 11.494/2007)	60,11%

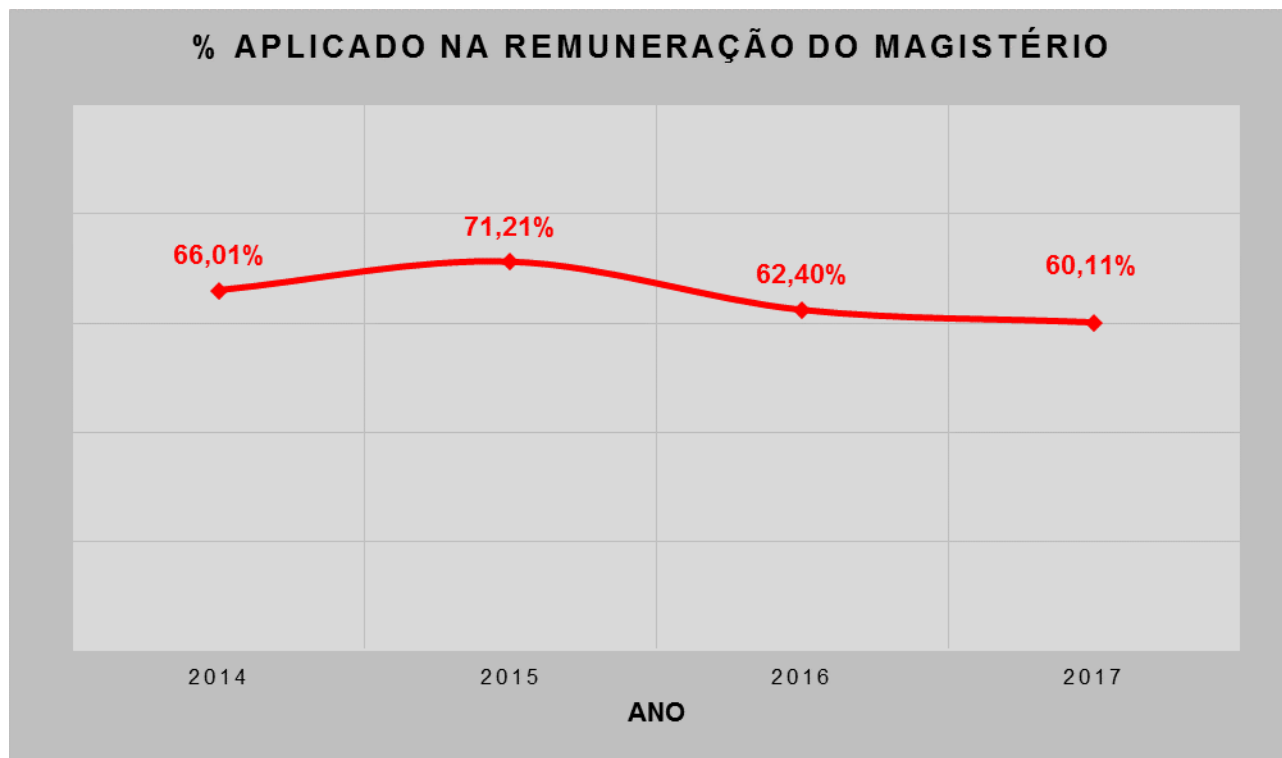
Fontes: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

48. Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no mesmo período de 2014 a 2017, é possível concluir que o Município investiu na remuneração dos educadores, percentual superior ao estabelecido em lei, conforme demonstra a seguinte tabela:

HISTÓRICO – REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO				
Ano	2014	2015	2016	2017
Valor mínimo fixado	60,00%			
Aplicado	66,01%	71,21%	62,40%	60,11%



Fontes: Site TCE MT (Contas Anuais)



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

6.2. Saúde:

49. Em Ações e Serviços Públicos de Saúde o Município aplicou, em 2017, o montante de **R\$ 12.977.764,16** (doze milhões, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos), correspondentes a **36,67%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, todos da Constituição da República.



50. A base de cálculo do percentual da Saúde foi elaborada em conformidade com o Acórdão 1.098/04, deste Tribunal, ficando as despesas consideradas para efeito de cálculo do percentual aplicado, compostas da seguinte forma:

RECEITAS COM PERCENTUAL VINCULADO À SAÚDE	
	Relator
Receita Tributária	2.326.268,05
IPTU	419.282,19
ITBI	124.192,69
ISSQN	1.782.793,17
Transferências Correntes	32.037.551,62
Cota-Parte do ICMS	11.921.144,77
Cota-Parte do IPI/EXT	82.539,30
Cota-Parte do IPVA	1.725.846,48
Cota-Parte do FPM	17.641.726,76
Cota-Parte do ITR	616.638,19
Lei Complementar 87/96	49.656,12
Outras Receitas	1.018.967,99
Receita da Dívida Ativa dos Impostos	892.266,89
Juros e multas provenientes de Impostos	21.140,40
Juros e multas referentes à Dívida Ativa Tributária	105.560,70
BASE DE CÁLCULO	35.382.787,66
Percentual Mínimo (15 %)	5.307.418,15
TOTAL APLICADO EM 2017 (R\$)	12.977.764,16
TOTAL APLICADO EM 2017 (%)	36,67%
Estimativa de População do Município - IBGE – 2017	33.630
Despesa com Saúde (por habitante)	385,90

[Fontes: IBGE e Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

DESPESAS REALIZADAS COM A SAÚDE - R\$	
DESPESAS	Relator
(+) Total da despesa empenhada em Saúde no exercício Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	20.557.761,46
(-) Despesas empenhadas de convênios e programas referentes à Saúde - art. 4º, X, da LC nº 141/2012. (Até o limite dos recursos recebidos) Função 10; Fonte de	-7.579.997,30



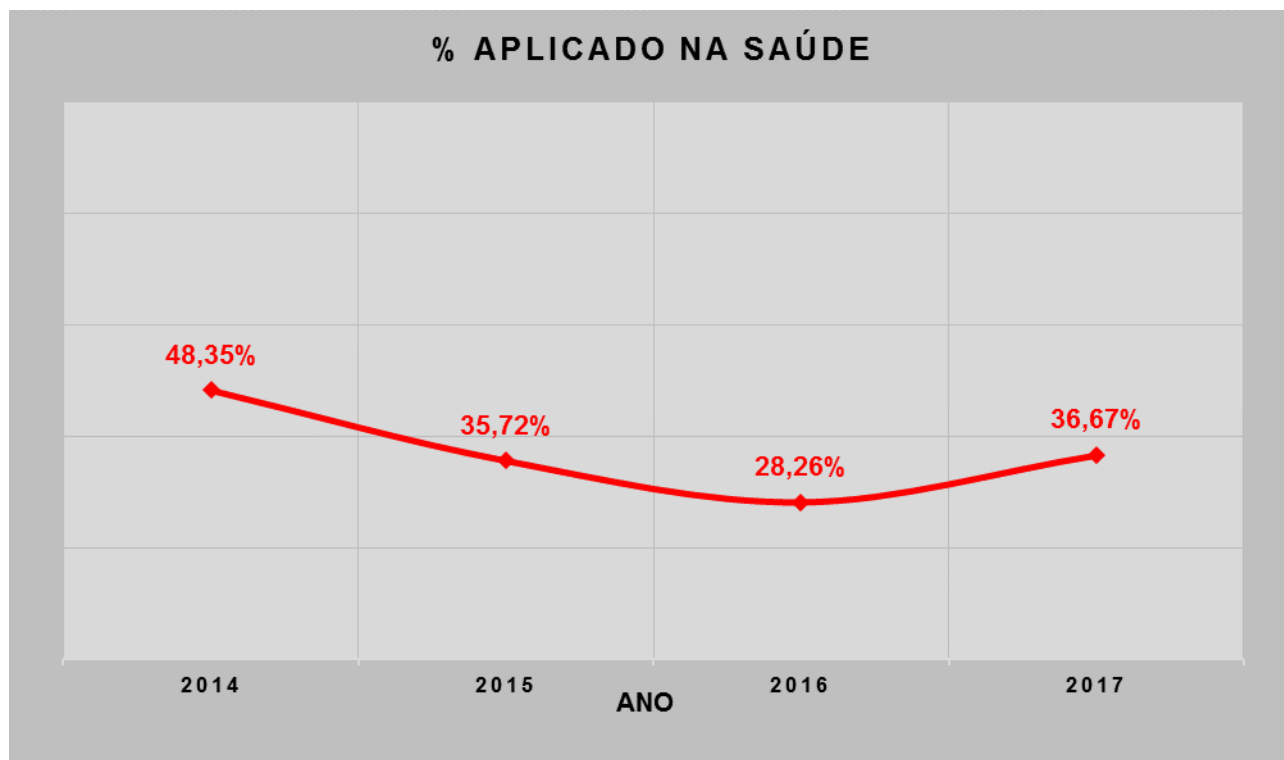
Recurso 12, 14, 23, 26, 41 e 42; Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03)	
Valor Aplicado na Saúde	12.977.764,16
Percentual Aplicado	36,67%

[Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)

51. Os gastos com ações e serviços públicos de saúde, no período 2014/2017, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO – APLICAÇÃO NA SAÚDE				
Ano	2014	2015	2016	2017
Valor mínimo fixado	15,00%			
Aplicado	48,35%	35,72%	28,26%	36,67%

[Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)



[Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)



6.3. Gasto com Pessoal:

52. Os quadros abaixo evidenciam o cálculo das despesas com pessoal do município de Peixoto de Azevedo – Consolidada e Executivo –, tanto com a retirada do IRRF sobre a folha de pagamento dos servidores e da RCL (TCE-MT), quanto com a inclusão do IRRF sobre a folha de pagamento dos servidores municipais e da RCL (STN).

Receita Corrente Líquida (RCL) e apuração dos gastos com Pessoal, após análise da Defesa elaborado pela Equipe Técnica	
Descrição das Receitas	Total - R\$
Total de receitas correntes	75.888.787,17
(-) Deduções da Receita Corrente	751.273,87
(=) Total de Receitas Correntes - menos deduções	75.137.513,30
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	2.381.998,19
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	0,00
(-) Dedução de receita para formação do FUNDEB	6.098.775,21
(-) Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	1.321.472,95
(-) Dedução Receita de Aplicação Financeira do RPPS – (Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017)	3.117.679,39
(=) RCL (Relatório Preliminar - Informes do APLIC)	62.217.587,56
(+) Dedução Receita de Aplicação Financeira do RPPS – (Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017)	3.117.679,39
(=) RCL (Ajustado à defesa do jurisdicionado pela equipe)	65.335.266,95
(=) Despesas com Pessoal (Informes do APLIC e Relatório Preliminar)	35.281.785,74
(-) Soma das Verbas de Caráter Indenizatórias ("Auxílio Transporte"; "Auxílio Alimentação"; e "Verba Indenizatória")	755.548,83
LIMITE MÁXIMO - 54% (inciso III do art. 20 da LRF)	35.281.044,15
(=) Despesas com Pessoal (Ajustado à Defesa do jurisdicionado pela equipe)	34.526.236,91
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (Ajustado após análise da defesa - elaborado pela Equipe)	52,845%
LIMITE PRUDENCIAL - 95% do LIMITE MÁXIMO (parágrafo único do art. 22 da LRF)	33.516.991,95

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018



53. Ao final do exercício de 2017, a **Despesa Total com Pessoal** do município de Peixoto de Azevedo alcançou o valor de **R\$ 34.526.236,91 (trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos)**, representando **52,84%** da **Receita Corrente Líquida (RCL)**, conforme apresentado a seguir.

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP - CONSOLIDADO		
Descrição (contabilização s/ IRRF)	Valor (R\$)	RCL (%)
Base de Cálculo - RCL	65.335.266,95	---
Gasto máximo com pessoal (60%)	39.201.160,17	60,00%
Despesa Total com Pessoal em 2017	34.526.236,91	52,84%
Descrição (contabilização c/ IRRF)	Valor (R\$)	RCL (%)
IRRF	1.321.472,95	---
Base de Cálculo - RCL	66.656.739,90	---
Gasto máximo com pessoal (60%)	39.994.043,94	60,00%
Despesa Total com Pessoal em 2017	35.847.709,86	53,78%

54. A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 32.997.552,20 (trinta e dois milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos)**, correspondendo a **50,50%** do total da RCL, conforme apresentado na Tabela abaixo.

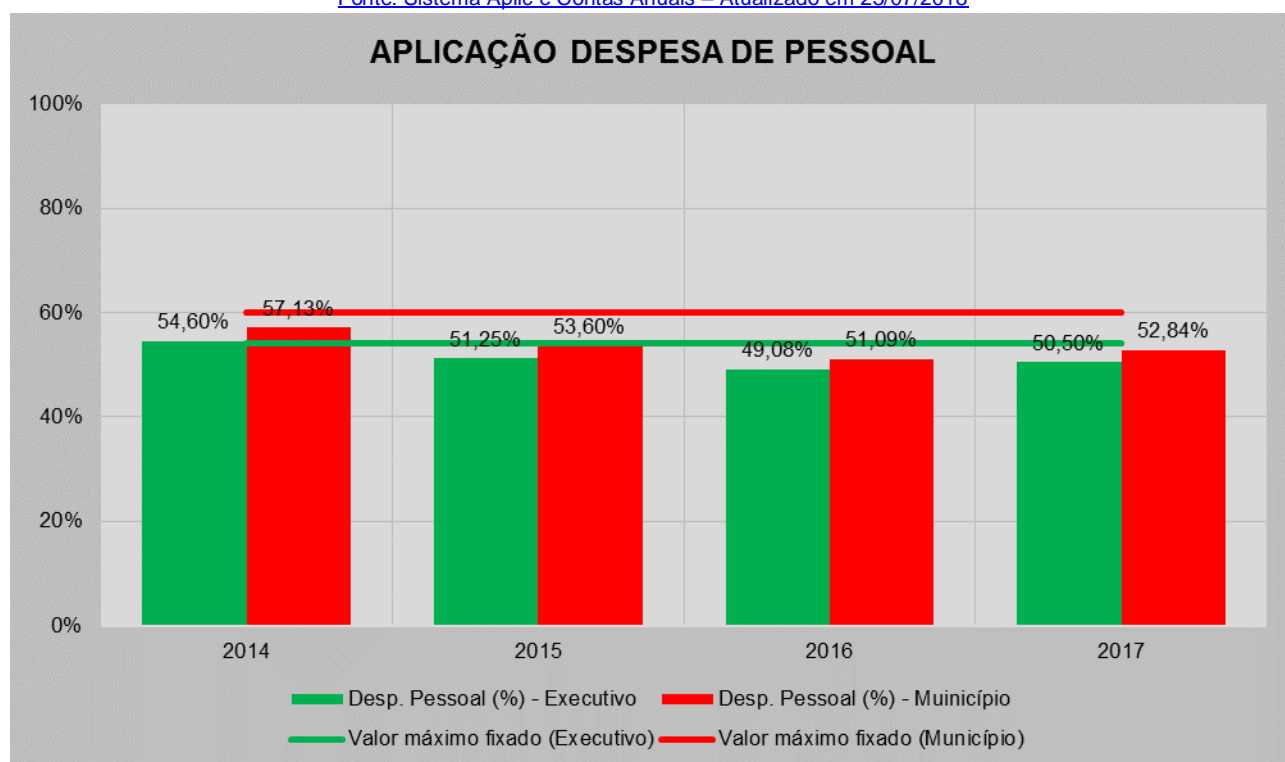
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP - EXECUTIVO		
Descrição (contabilização s/ IRRF)	Valor (R\$)	RCL (%)
Base de Cálculo - RCL	65.335.266,95	---
Gasto máximo com pessoal (54%)	35.281.044,15	54,00%
Despesa Total com Pessoal em 2017	32.997.552,20	50,50%
Descrição (contabilização c/ IRRF)	Valor (R\$)	RCL (%)
IRRF	1.228.781,90	---
Base de Cálculo - RCL	66.564.048,85	---
Gasto máximo com pessoal (54%)	35.944.586,38	54,00%
Despesa Total com Pessoal em 2017	34.226.334,10	51,42%



55. A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2014/2017, manteve-se sempre abaixo do valor máximo permitido, **com exceção do ano de 2014**. Com relação ao percentual dos gastos com pessoal do município, no referido período, situou-se abaixo do limite máximo aceitável, conforme se observa a seguir:

Ano	2014	2015	2016	2017
Valor máximo fixado (Executivo)	54,00%			
Aplicação - Executivo	54,60%	51,25%	49,08%	50,50%
Valor máximo fixado (Município)	60,00%			
Aplicação - Município	57,13%	53,60%	51,09%	52,84%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018

6.4. Repasse ao Poder Legislativo:



56. O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o montante de **R\$ 2.719.000,00** (dois milhões, setecentos e dezenove mil reais), equivalente a **6,78%** da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se dentro do limite constitucional, que é de **7%**.

REPASSE PARA O LEGISLATIVO - art. 29-A, da CF				
Receita Base (R\$)	Repasse (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
40.077.044,66	2.719.000,00	6,78%	7%	Regular

[Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)

57. A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2014 a 2017, manteve-se abaixo do limite máximo permitido, com exceção do ano de 2016, conforme se observa a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO				
	2014	2015	2016	2017
Valor máximo fixado	7%			
% repassado	6,68%	6,99%	7,09%	6,78%

[Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 23/07/2018](#)

7. Resultados das avaliações das políticas públicas:

7.1. Resultados na educação e na saúde:

58. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio da Resolução Normativa **10/2015**, apreciada na sessão de julgamento do dia 02/06/2015, aprovou a sexta e última atualização realizada na avaliação de resultados de políticas públicas nas áreas de educação e saúde.



59. O modelo adotado mede o desempenho de um conjunto de 10 (dez) indicadores de resultados, selecionados para compor um painel de atuação dos municípios nessas áreas. O valor obtido em cada indicador é comparado com a média Brasil e pontuado da seguinte forma:

- ✓ **1** – quando o desempenho for melhor do que a média nacional;
- ✓ **0,5** – quando o desempenho for próximo à média nacional.
- ✓ **0** – quando o desempenho no indicador de resultado for pior que a média nacional;
- ✓ **sem valor (S/V) ou não se aplica (N/A)** – quando a ausência de informações sobre o indicador é de responsabilidade do governo do Estado ou do Município. Neste caso, o indicador é considerado como não válido, e portanto, excluído do cômputo final do índice.
- ✓ **não informado (N/I)** - quando houver ausência de informações sobre o indicador e é de responsabilidade do município, é atribuído score zero.

60. Após, realiza-se a soma das pontuações obtidas em cada indicador para, por fim, chegar ao índice de desempenho das políticas públicas, que varia entre 0 a 10, conforme se verifica nas tabelas a seguir:

a) Resultados de Políticas Públicas na área de Educação

INDICADORES	RESULTADOS			
	MÉDIA BRASIL	MÉDIA MT	MUNICÍPIO	ÍNDICES*
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) - 2016	56.12	57.20	45.75	0,0
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2016	7.30	2.70	0.00	1,0
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2016	13.30	5.80	1.30	1,0



Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2016	1.20	0.30	0.10	1,0
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2016	4.20	1.40	0.60	1,0
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2016	15.00	6.00	1.90	1,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	53.80	59.00	100.00	0,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	50.50	53.50	100.00	0,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	54.74	54.36	100.00	0,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	51.47	54.36	100.00	0,0
INDICE TOTAL (0 a 10)				5.0

[Fonte: Site TCE MT\(Políticas Públicas\)](#)

b) Resultados de Políticas Públicas na área da Saúde

INDICADORES	RESULTADOS			
	MÉDIA BRASIL	MÉDIA MT	MUNICÍPIO	INDICES*
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce - 2015	6.69	7.04	11,54	0
Taxa de Mortalidade Infantil - 2015	12.43	13.82	15,38	0
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2015	66.49	68.51	63,27	0
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2016	17.60	23.07	32,51	0
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2015	49.16	34.57	9,91	1
Taxa de Detecção de Hanseníase - 2016	1.22	8.17	9,91	0
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2016	0.40	0.42	0,67	1
Taxa de Incidência de Dengue - 2016	728.01	546.02	1.892,12	0
Incidência de Tuberculose todas as formas - 2016	32.46	40.42	102,11	0
Cobertura - Imunizações : Pentavalente - 2016	89.26	95.42	124,09	1
INDICE TOTAL (0 a 10)				3,0

[Fonte: Site TCE MT\(Políticas Públicas\)](#)



61. No período 2014/2017, a avaliação das políticas públicas do Município de Peixoto de Azevedo apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2014	2015	2016	2017
Educação	5,0	5,0	5,0	5,0
Média MT	7.5	6.0	6.5	
Saúde	5,0	4,0	4,0	3,0
Média MT	4.0	5.0	5.0	

[Fonte: Site TCE MT\(Políticas Públicas\)](#)

8. INDICADORES

8.1. Indicador de Gestão Fiscal dos Municípios de Mato Grosso – IGFM-MT/TCE

62. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio da Resolução Normativa 29/2014, desenvolveu e aprovou o Indicador de Gestão Fiscal, a fim de avaliar a qualidade da gestão fiscal dos municípios Mato-Grossenses, a partir das informações encaminhadas a este Tribunal, via sistema Aplic, a fim de auxiliar os controles externo, interno e social, e a tomada de decisões referentes ao gasto público e aos investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança, emprego e renda.
63. O indicador é o resultado da média ponderada de 6 índices, conforme relacionados a seguir:



- **Receita Própria Tributária** – indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes;
- **Despesa com Pessoal** - representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida com o pagamento de pessoal;
- **Investimentos** - acompanha o total de investimentos em relação à receita líquida;
- **Liquidez** – revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros, excluídos os valores referentes ao RPPS;
- **Custo da Dívida** - avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores; e,
- **Resultado Orçamentário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** – verifica o resultado orçamentário do RPPS, quando instituído pelo município.

64. Com relação aos pesos dos índices, a citada resolução estabeleceu os seguintes critérios:

- **Quando o município instituiu o RPPS:**
 - **20%** para a Receita Própria Tributária, a Despesa com Pessoal, o Investimento e a Liquidez; e,
 - **10 %** para o Custo da Dívida e o Resultado Orçamentário do RPPS.
- **Quando o município não instituiu o RPPS:**
 - **22,222%** para a Receita Própria Tributária, a Despesa com Pessoal, o Investimento e a Liquidez; e,



- 11,111% para o Custo da Dívida.

65. Os índices e o indicador de cada Município variam de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município, e serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

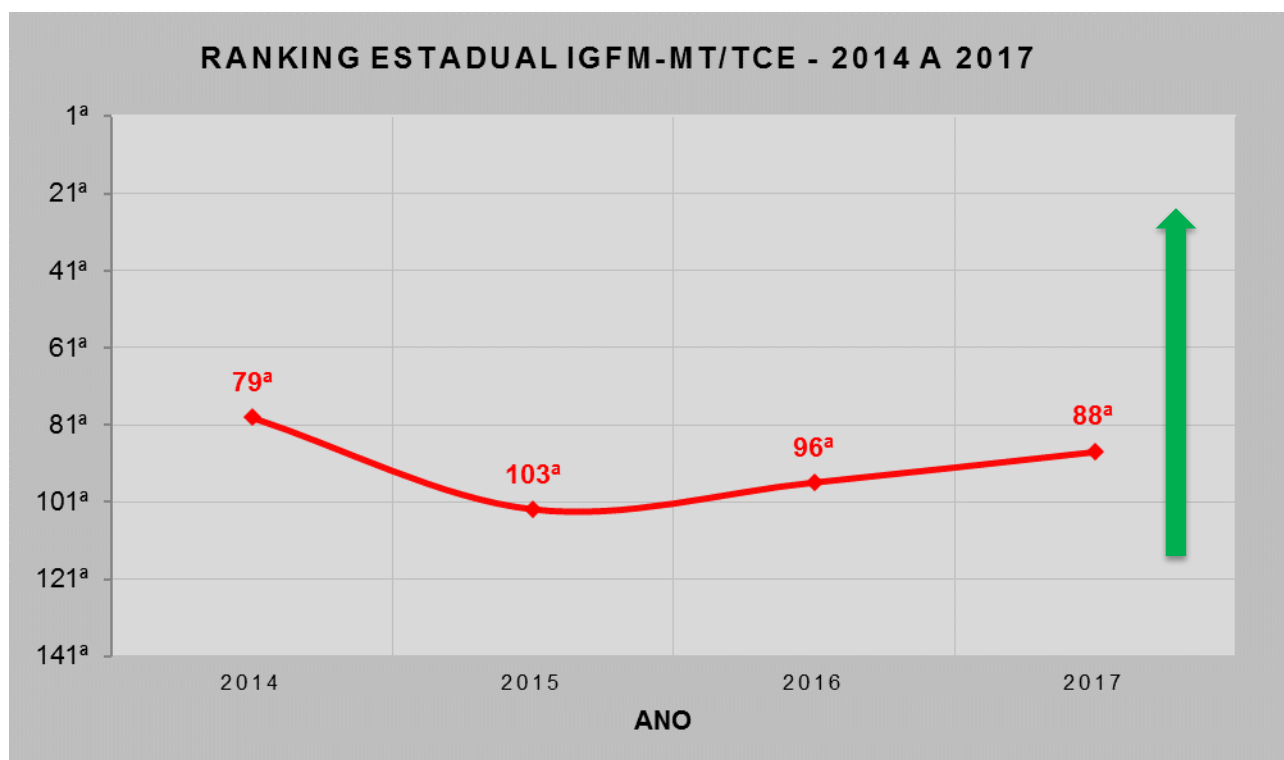
- **Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA):** resultados superiores a 0,8 pontos;
- **Conceito B (BOA GESTÃO):** resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos;
- **Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE):** resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos; e,
- **Conceito D (GESTÃO CRÍTICA):** resultados inferiores a 0,4 pontos.

IGFM-MT/TCE - 2017							
	Receita Própria Tributária	Despesa com Pessoal	Investimento	Liquidez	Custo Dívida	Resultado Orçamentário do RPPS	IGFM-MT/TCE
Média MT	0,51	0,33	0,43	0,79	0,32	0,50	0,49
Peixoto de Azevedo	0,30	0,01	0,63	1,00	0,63	0,52	0,50

[Fonte: Site TCE MT\(IGFM-MT/TCE\) Atualizado em 10/09/2017](#)

IGFM-MT/TCE - 2014 a 2017				
	2014	2015	2016	2017
Média MT	0,54	0,58	0,59	0,49
Peixoto de Azevedo	0,54	0,53	0,54	0,50
Classificação	C	C	C	C
Ranking Estadual	79 ^a	103 ^a	96 ^a	88 ^a

[Fonte: Site TCE MT\(IGFM-MT/TCE\) Atualizado em 10/09/2017](#)

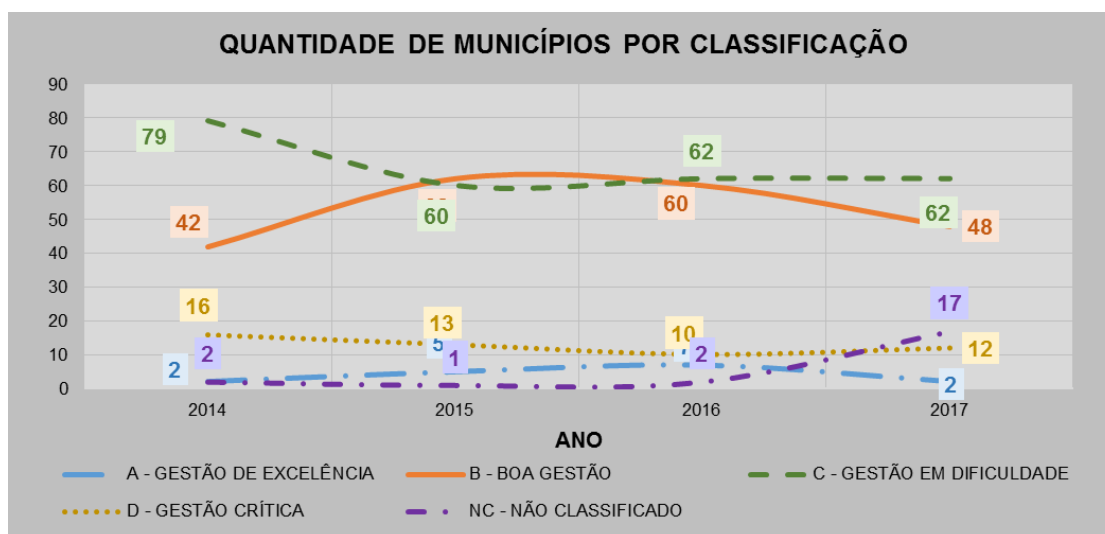


[Fonte: Site TCE MT\(IGFM-MT/TCE\) Atualizado em 10/09/2017](#)

66. Os Municípios do Estado de Mato Grosso apresentam a seguinte série histórica, quanto à classificação por quantidade:

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS POR CLASSIFICAÇÃO				
	2014	2015	2016	2017
A - GESTÃO DE EXCELÊNCIA	2	5	7	2
B - BOA GESTÃO	42	62	60	48
C - GESTÃO EM DIFICULDADE	79	60	62	62
D - GESTÃO CRÍTICA	16	13	10	12
NC - NÃO CLASSIFICADO	2	1	2	17
TOTAL	141			

[Fonte: Site TCE MT\(IGFM-MT/TCE\) Atualizado em 10/09/2017](#)



Fonte: Site TCE MT (IGFM-MT/TCE) Atualizado em 10/09/2017

9. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA:

67. Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria, à época, o Auditor Público Externo, Osiel Mendes de Oliveira, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC e obtidas *in loco*, elaborou o relatório técnico preliminar de auditoria, no qual foram apontadas **4** irregularidades, das quais **04** foram atribuídas ao **Prefeito**.
68. Regularmente citado, o senhor Mauricio Ferreira de Souza, apresentou sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinente. Depois de analisada, a equipe concluiu pela permanência de **2 irregularidades**, sendo **uma de natureza gravíssima e outra de natureza grave**, nos termos da Resolução Normativa 17/2010, atualizada pela Resolução 2/2015, conforme discriminadas a seguir:
- 1. AA04 Limites Constitucionais/Legais_Gravíssima_04.** Relativa a gastos com pessoal do Poder Executivo acima do limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida – RCL (art. 20, III, “b”, da LRF);



2. **FB03 Planejamento/Orçamento_Grave_03.** Referente a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação e de superávit financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei n. 4.320/1964).

10. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.

69. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer **5.337/2018** do Procurador **William de Almeida Brito Júnior**, opinou pela emissão de Parecer Prévio **Favorável** à Aprovação das contas anuais, com recomendações.

70. **Esse é o Relatório.**